

ENCONTRO DEFINIRÁ OS RUMOS DO MOVIMENTO MÉDICO

XII ENEM – ENCONTRO NACIONAL DE ENTIDADES MÉDICAS

DE 28 A 30 DE JULHO DE 2010

Local: Associação Médica de Brasília, DF

Formato: Conferências, mesas-redondas, debates, grupos de discussão e plenária.

Temas: Formação Médica (Escolas Médicas, Residência Médica, Revalidação de Diplomas, Títulos de Especialista); Mercado de Trabalho (Trabalho Médico no SUS, Trabalho Médico na Saúde Suplementar, PCCV/Carreira de Estado/Carreira Pública); SUS, Políticas de Saúde e Sociedade (Financiamento do SUS, Gestão do SUS, A Relação dos Médicos com a Sociedade).

Mais informações em breve: www.amb.org.br, www.cfm.org.br, www.fenam.org.br

Entidades médicas do Ceará reúnem-se com relator do salário mínimo profissional

Representantes de entidades médicas reuniram-se no dia 21 de junho com o deputado federal José Nobre Guimarães (PT-CE), relator na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara do projeto de lei 3734/2008, que trata do salário mínimo profissional dos médicos. De acordo com o deputado federal Ribamar Alves (PSB-MA), o PL

define o salário mínimo em R\$ 7.000,00 para jornada de 20 horas semanais, com reajuste anual baseado no acúmulo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE).

As entidades defenderam, junto ao relator, a manutenção do texto já aprovado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

(CTASP), cujo relatório foi de autoria do Deputado Mauro Nazif (PSB-RO). Depois da aprovação pela Comissão de Finanças, o PL 3734 seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça. Se aprovado nas duas comissões, devido ao seu caráter terminativo, o projeto vai direto para o Senado, sem precisar da aprovação do plenário da Câ-

mara dos Deputados.

Participaram da reunião com o deputado José Guimarães, o presidente FENAM Regional Nordeste, José Tarcísio da Fonseca Dias, o presidente do Sindicato dos Médicos do Ceará, José Maria Pontes, e o presidente do Conselho Regional de Medicina do Ceará, Ivan de Moura Fé.

PCCV: o exemplo dos médicos goianos

A Câmara dos Vereadores aprovou e o prefeito de Goiânia, Paulo Garcia (PT), sancionou, no dia 2 de junho, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) dos médicos e dos servidores da saúde municipal. O PCCV dos médicos goianos é exclusivo, diferenciado do

PCCV dos demais profissionais da saúde. Trata-se de uma vitória da classe médica, que demonstra a viabilidade da implantação do PCCV. A partir das diretrizes elaboradas pela Fenam, o Conselho Regional de Medicina e o Sindicato dos Médicos de Goiás atuaram junto ao Executivo

na formulação do plano. Para o presidente do Cremego, Salomão Rodrigues Filho, o PCCV contempla as especificidades dos médicos e, com isso, irá ampliar o acesso e a permanência do médico no SUS municipal. Goiânia, assim como inúmeras cidades brasileiras, sofre com a

alta rotatividade de médicos devido aos baixos salários e a ausência de planos de cargos e carreira. A meta das entidades médicas estaduais agora é aprovar o PCCV dos médicos de Anápolis e de Aparecida de Goiânia e, depois, estender a todos outros municípios goianos.

CNJ cria regras para reduzir judicialização

Está em vigor a Recomendação Nº 31, de 30 de março de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomenda aos tribunais a adoção de medidas visando subsidiar os juizes a imprimirem maior eficiência na solução das demandas judiciais envolvendo o SUS.

A recomendação tenta dar resposta ao grande número de demandas envolvendo

a assistência à saúde em tramitação no Poder Judiciário e resulta da Audiência Pública realizada pelo STF em 2009.

Dentre outras medidas o CNJ recomenda aos Tribunais de Justiça dos Estados e aos Tribunais Regionais Federais que: até dezembro de 2010 celebrem convênios de apoio técnico composto por médicos para auxiliar os

juizes nas tomadas de decisões; que procurem instruir as ações com relatórios médicos, contendo prescrição de medicamentos, com denominação genérica ou princípio ativo, produtos, órteses, próteses e insumos em geral, com posologia exata; que evitem autorizar o fornecimento de medicamentos ainda não registrados pela ANVISA, ou em fase expe-

rimental; que ouçam, preferencialmente por meio eletrônico, os gestores, antes da apreciação de medidas de urgência; que verifiquem, junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisas (CONEP), se os requerentes fazem parte de programas de pesquisa experimental dos laboratórios, caso em que estes devem assumir a continuidade do tratamento.

Fórum busca soluções para a urgência e emergência

No dia 24 de junho, em Brasília, aconteceu o I Fórum de Urgência e Emergência – organizado pela Câmara Técnica de Urgência e Emergência do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Representantes das entidades médicas, do Ministério da Saúde, dos secretários municipais e estaduais de saúde e profissionais de serviços debateram a necessidade de superação da crise do setor de urgência e emergência no país.

A formação em urgência e emergência, com diretrizes curriculares adequadas na graduação e na pós-graduação, foi um dos destaques do Fórum que tratou também da estrutura mínima para atendimento, da responsabilidade compartilhada entre as especialidades que atuam na urgência e emergência e da gestão e recursos humanos. O diagnóstico da situação foi completado com a abordagem da informalidade na contratação, com remuneração

incompatível com o nível de responsabilidade exigido; das desigualdades regionais na disponibilidade de especialistas; da falta de regulação; da defasagem dos equipamentos existentes e da ausência de uma política de recursos humanos com capacitação permanente e plano de carreira, cargos e salários.

Pesquisa

Citada durante o Fórum, uma pesquisa do Cremerj, com 129 chefes de equipes do setor de urgência e emer-

gência em 18 hospitais, apontou que o déficit de médicos na área está ligado ao baixos salários (34%), à sobrecarga de trabalho (24%), à falta de condições materiais (20%) e à superlotação das emergências (22%). Ainda de acordo com a pesquisa, os médicos que atuam em urgência e emergência estão insatisfeitos principalmente com a carga de trabalho excessiva (35%) e com a remuneração (69%). **Mais informações:** www.portalmedico.org.br

Carreira de Estado foi tema de debate qualificado

O I Fórum sobre Carreira de Estado para Médico aconteceu na sede do CFM, no dia 8 de junho, quando as lideranças médicas, após exposição de especialistas, puderam aprofundar o debate sobre o tema, hoje uma das prioridades conjuntas das entidades nacionais AMB, CFM e FENAM.

O Fórum visou qualificar a discussão sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC)

454/09, de autoria dos deputados Eleuses Paiva (DEM-SP) e Ronaldo Caiado (DEM-GO), que tramita na Câmara Federal e cria a carreira de médico nos serviços públicos federal, estadual e municipal. Ao mesmo tempo, no Ministério da Saúde, aguarda-se a criação de Grupo de Trabalho que irá discutir a Carreira Médica Nacional do Sistema Único de Saúde.

A carreira de Estado para médicos é considerada fundamental, por exemplo, para solucionar a baixa adesão de profissionais em regiões distantes.

Foram expositores do Fórum: José Augusto Delgado, Ministro aposentado do STJ, que abordou *Aspectos Concretuais e Jurídicos da Carreira de Estado para o Médico*; Aragon Dasso Jr., da Universi-

dade Estadual do Rio Grande do Sul, que fez a conferência *A Saúde e o Estado Brasileiro*; e Roberto Passos Nogueira, pesquisador do IPEA, e presidente do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde, que tratou de *Recursos Humanos, Carreira de Estado e Modalidades de Gestão no SUS*.

A cobertura do evento está disponível em www.portalmedico.org.br

Greve de peritos do INSS é legal

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu pela legalidade da greve dos médicos peritos do INSS iniciada no dia 21 de junho e que atinge diversas cidades do país. Segundo o STJ, desde que 50% da categoria mantenha o aten-

dimento diário a cerca de 35 mil segurados, ele poderão continuar a paralisação. Os peritos reivindicam segurança no trabalho, a reestruturação da carreira de médico-perito, a regulamentação de gratificações e, principalmente, o

estabelecimento da jornada de 30 horas semanais.

Segundo a Associação Nacional dos Médicos Peritos (ANMP), desde que a carreira de perito médico da Previdência foi criada, em 2004, para avaliar a situa-

ção de segurados que recebem benefício por estarem impedidos ou inaptos para o trabalho, 5 mil peritos proporcionaram uma economia de R\$ 5 bilhões aos cofres públicos pelo não pagamento de benefícios indevidos.

Em Giruá, STF aceita acomodação diferenciada no SUS

O Supremo Tribunal Federal, a partir de ação do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (Cremers), autorizou o Hospital Filantrópico São José, do município de Giruá, a permitir o acesso

de pacientes à internação pelo SUS com o pagamento da chamada “diferença de classe”. Com isso, diante de quantia adicional, o paciente pode obter condições diferenciadas de hotelaria e de atendimento.

O Cremers tem mais ações que tentam obter o mesmo para outros municípios gaúchos. Várias entidades — Ministério Público Estadual, Federação das Associações dos Municípios do Estado do Rio Grande

do Sul (Famurs), Ministério da Saúde, prefeituras de Giruá e Porto Alegre, Secretaria Estadual de Saúde e Conselho Estadual de Saúde— lançaram manifesto contrário à medida.

Mobilização: de São Gonçalo a Camajaribe

O Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (CremeRJ) recomendou aos médicos que não se inscrevam no concurso público lançado pela Prefeitura de São Gonçalo. O motivo são os baixos salários oferecidos, conforme o edital do município. A remuneração base oferecida aos médicos de diversas especialidades é de R\$325,22.

“É inadmissível e desrespeitoso. Ao oferecer essa remuneração irrisória a prefeitura demonstra descaso com a saúde pública, prova que não existe interesse na

formação de equipes médicas para os hospitais.”, afirma Luís Fernando Moraes, presidente do CremeRJ.

Em Recife

Os médicos que trabalham na Prefeitura de Camaragibe (PE) realizaram, no dia 22 de junho, nova paralisação de 24h, quando suspenderam as atividades eletivas nos postos de saúde da família, ambulatórios, centros médicos e maternidade. No mesmo dia os médicos e o sindicato local (Simepe) apresentaram ao Cremepe relatório denunciando a fal-

ta de condições de trabalho, medicamentos e equipamentos. Além disso, solicitaram a revisão da legislação municipal que prejudica o trabalho médico nas unidades municipais de saúde.

Já os médicos que atendem no PSF, ambulatórios e na Maternidade Brites de Albuquerque, em Olinda, decidiram manter paralisação por tempo indeterminado. Os profissionais ameaçavam pedir demissão coletiva, pois não aceitaram o reajuste de 57% no salário-base, proposto pela secretaria municipal de Saú-

de. Atualmente a categoria recebe R\$ 882 mensais. A Promotoria Pública de Olinda se reuniu com a Secretaria de Saúde na tentativa de buscar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Em Natal

Após mobilização, antes mesmo de iniciarem a paralisação decidida em assembléia no dia 22 de junho, os médicos da rede estadual do Rio Grande do Norte obtiveram do governo do Estado aumento de 15% no salário e 100% na gratificação na folha do mês de junho.

Cresce a presença de médicos no SUS

O SUS é hoje o maior empregador de médicos no Brasil. Os dados mais atualizados (2009), produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com base no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), dão conta de mais de 190 mil médicos (55% dos profissionais registrados no CFM) atuando no SUS.

O levantamento descartou a duplicidade de registro (pois o mesmo médico chega a ser cadastrado até cinco vezes no CNES, por diferentes empregadores), mas pode estar subestimado em alguns estados devido à subnotificação ao Cadastro Nacional. Pelo

menos em São Paulo os dados coincidem com pesquisa realizada pelo instituto Datafolha a pedido do Cremesp, que aponta 55% dos médicos daquele Estado atuando no SUS.

Mesmo em condições precárias os médicos são co-responsáveis pela assistência de 75% da população que depende exclusivamente do sistema público, atuando em cerca de 64 mil estabelecimentos credenciados. Também são os médicos do SUS que, juntamente com outros profissionais, garantem anualmente 254 milhões de consultas, 11,3 milhões de internações e, 2,3 bilhões de procedi-

mentos ambulatoriais. Cada vez mais os médicos atuam no Programa Saúde da Família (PSF), presente hoje em 94% dos 5,5 mil municípios brasileiros.

A forte presença dos médicos no SUS reforça o trabalho da Comissão Nacional Pró-Sus e das entidades médicas em defesa da implantação do PCCV, da CBHPM no SUS, do salário mínimo profissional, de melhores condições de trabalho e de atendimento e em prol da regulamentação da Emenda Constitucional 29, que trará mais recursos para a saúde.

EM TEMPO: a Comissão Nacional Pró-SUS ainda não obteve resposta do Ministério da Saúde sobre o pedido de solução do problema que envolve

os dados dos médicos inseridos no CNES. Como muitos gestores não corrigem nem retiraram os dados alimentados no CNES sobre seus profissionais e as respectivas cargas ho-

rárias, muitos médicos estão sendo penalizados com denúncias na imprensa e até ações judiciais, acusados injustamente de acúmulo de vínculos e excesso de carga horária.

UF	Nº de médicos	Médicos que atuam no SUS*	%
SE	2556	2349	92
RN	3910	2929	74
MG	34785	25702	73
BA	15326	10987	71
AL	3578	2468	69
AP	607	418	69
PI	2727	1821	67
PR	17622	11749	66
RR	544	350	64
GO	9001	5684	63
MT	3413	2149	63
SC	10755	6726	62
AC	634	390	61
ES	6721	4046	60
PB	4543	2763	60
RO	1425	833	58
RS	23751	13571	57
CE	8451	4887	57
MS	3604	2047	56
SP	100950	54777	54
PE	12091	6325	52
PA	5850	3056	52
AM	3534	1768	50
TO	1592	720	45
MA	3985	1755	44
RJ	54229	17421	32
DF	9274	2805	30
Brasil	344034	190496	55

CFM, IPEA, CNES/MS - 2009

COMISSÃO NACIONAL PRÓ-SUS

Coordenador: Aloísio Tibiriçá Miranda . **Membros:** Abdon José Murad Neto, Alceu José Peixoto Pimentel, Ceuci de Lima Xavier, Cláudio B. Souto Franzen, Eduardo Santana, Florentino Cardoso Filho, Frederico Henrique de Melo, Hermann V. Tiesenhausen, José Fernando Maia Vinagre, Makhoul Moussalem, Márcio Costa Bichara, Mauro Luiz de Brito Ribeiro, Renato Azevedo Júnior, Roberto Queiroz Gurgel, Roberto Tenório de Carvalho, Waldir Cardoso, Wilton Mendes, Wirlande Santos da Luz .

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM)

Tel: (61) 3445-5957 Fax: (61) 3246-0231 – e-mail: comissoes@cfm.org.br